

POTENCIAR O ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PELA VIA DA ECONOMIA SOCIAL

Já noutro tempo e espaço me questioneei sobre se a cooperação tem papel a desempenhar no enquadramento dos movimentos sociais apartidários emergentes, se pode constituir resposta para a formalização jurídica de uma intervenção ativa dos cidadãos insatisfeitos nas suas vidas com o papel do Estado ou com a ditadura do mercado.

A resposta foi positiva, atenta a base local da esmagadora maioria das cooperativas e sua capacidade para aliar todos os atores públicos e privados no seio de um projeto de base cooperativa.

Cada vez se fala hoje mais na dimensão local, seja económica, seja social. O papel das cooperativas, e da economia social no seu todo, nessa dimensão local não deve ser esquecido, até porque um dos princípios cooperativos definidos pela Aliança Cooperativa Internacional é o do ‘Compromisso com a Comunidade’.

São amplos os campos de intervenção da cooperação na comunidade. As cooperativas são uma forma de organização dos cidadãos que querem recuperar o seu papel interventivo no contexto local, fazendo ‘acordar’ velhas formas colaborativas adormecidas, revitalizar espaços e áreas, recursos, laços de confiança e desejos de participação nas atividades que se revelam de interesse para a comunidade ou que esta tradicionalmente executa, sejam laicas ou religiosas na origem, primárias, secundárias ou terciárias. As cooperativas são ao mesmo tempo empresas e associações de pessoas, pelo que a sua intervenção é do ponto de vista teórico mais abrangente que a de uma mera empresa de base capitalística, detida por um só ou um grupo pequeno de indivíduos movidos pelo lucro pessoal.

Olhamos para as organizações comunitárias enquanto experiências de inovação: a sua importância reside no facto de se proporem como forma alternativa para os limites dos modelos construídos em torno da centralidade tradicional da intervenção pública ou do mercado orientado, apenas ou sobretudo, para o lucro. Elas propõem-se como um substituto mais eficiente dessas ações. Neste sentido trata-se de fenómeno cujo alcance vai muito além da reduzida perceção atual que as intervenções a seu cargo têm junto da população. É um modelo de alcance geral que sempre teve em si um potencial de replicabilidade, desde que começou a ser aplicado nos idos de 50 do século XIX. E que se coloca no mesmo plano das formas de intervenção do Estado e dos mercados. Posiciona-se como modelo complementar, quando existem condições para uma parceria paritária, ou como estratégia alternativa nos casos em que os cidadãos e organizações sociais ativadas autónoma e democraticamente podem fazer melhor que os atores públicos ou de mercado.

O seu normalmente diminuto reconhecimento público, e em muitos locais sub-representação no terreno, vai de par com a crescente análise e estudo do fenómeno, pois numerosos economistas chamaram a atenção geral para ter sido o modelo cooperativo o que menos foi atingido pela crise económica mundial do final da primeira década do século presente. As empresas comunitárias são evocadas como solução possível e auspiciosa, mais do que como dado consolidado e bem definido. Na teoria somos levados a associar e reconhecer vantagens numa cooperação entre cooperativas e autarquias locais, sendo que existem alguns exemplos práticos do pensamento desenvolvimentista

teórico, mas que necessitam de serem mais reconhecidas e reproduzidas noutros ambientes.

Encontramos antecedentes nas cooperativas de distribuição elétrica em baixa tensão, regressadas à tona nos anos 80 do passado século, ou de energias alternativas, nas cooperativas de solidariedade social do tipo CERCI, porque não também nas cooperativas de interesse público derivadas da nossa lei de 1984. Hoje parecem ter condições para se exprimir para lá do campo, do nicho, em que historicamente se confinaram.

As empresas comunitárias são o indício, ou se se quiser a antecipação de uma nova fase histórica iniciada bem antes da atual crise e que tem todas as características de um verdadeiro ciclo de longa duração. Costumo dar a imagem do pêndulo que se desloca do individualismo para o coletivismo. Esse deslocar é ainda limitado a alguns tipos de serviços, já foi concretizado na experiência das cooperativas sociais, em Itália, nas SCIC francesas, e mais ainda nas diversas formas organizadas de gestão de serviços de interesse geral a nível local, como as iniciativas de inserção assentes no modelo das WISE britânicas. Não é, por isso, um fenómeno conjuntural que nasce como reação pontual aos efeitos da recessão económica e à necessidade de contração da esfera pública; é antes um modelo de produção de bens e serviços com características que o tornam potencialmente robusto e replicável.

Quer no período em que a organização social era dominada pelo Estado, quer no já longo reinado do mercado livre, foi desconsiderado o conceito e o papel produtivo dos cidadãos organizados e da comunidade. Hoje renasce o interesse numa economia inclusiva, mais que isso, a necessidade mesmo de a população participar como atriz de parte inteira no desenvolvimento social e económico, sob pena de, palavra forte, estupidificação.

O apelo ao consumo que a recessão que começou em 2008 acelerou, agravou as desigualdades e vulnerabilidades sociais e trouxe esse efeito para a primeira linha das preocupações públicas.

A crise do Estado de bem-estar ocorreu de par com uma contração da capacidade de gastos das famílias, o que nos últimos anos tornou impraticável para um número crescente de pessoas o recurso a formas de proteção assentes na oferta do mercado de empresas de base lucrativa, aumentando assim ainda mais a sensação de incerteza.

Mas nem todos estão de acordo em como ultrapassar a crise do modelo dicotómico Estado – mercado. Muitos são aqueles que acreditam que basta recompor o mix entre os dois atores (Estado e mercado) para resolver os problemas descritos acima. Ou que é suficiente melhorar a forma como eles funcionam – via mercados melhor regulados ou aumentando, através de uma maior participação dos cidadãos, o funcionamento das instituições públicas. Mas estas soluções são sempre menos credíveis, como demonstrado nas dificuldades encontradas pela maioria dos países para sair da crise.

No novo paradigma que avança, em que colocamos as cooperativas comunitárias, há, pois, uma tentativa de reagir a esta situação, regenerando novas formas de sociabilidade e passando de um estado de espera a uma condição pró-ativa. E uma vez que, nos últimos trinta anos, se criticou a comunidade em nome do subjetivismo alimentado principalmente pela tese de que o consumo de massa se tornaria o novo elemento identitário – fazendo do consumo a mais representativa das formas sociais - a atual

procura de sociabilidade toma como ponto de partida, precisamente, a transformação no sentido social das práticas de consumo e os seus processos de produção.

Noutras palavras: a necessidade de nova sociabilidade não prescinde das formas de economia, interpela-as, e levanta o problema de como tornar a ação económica um instrumento ao serviço da coesão social, em vez da sua destruição. A novidade é substancial: em vez de usar um discurso pré-económico, a sociabilidade entra dentro do discurso económico para o transformar. Consequentemente, o conceito de comunidade cresce de âmbito, da geração e partilha de valores éticos e recursos culturais, para uma infraestrutura com capacidade de produzir bens e serviços de acordo com a lógica económica, sem todavia perder a sua própria dimensão social.

Não é uma pequena diferença. E é exatamente por isso que o retorno do conceito de comunidade não deve ser confundido com uma nostálgica regurgitação pré-moderna. Pelo contrário, o que emerge hoje em torno do conceito de comunidade propõe as condições necessárias para um novo ciclo de modernização. Nele, o consumo deve ser condicionado pelos valores sociais e não vice-versa. Assenta na qualidade de vida e é regulado por princípios de racionalidade e responsabilidade. Porque o conceito de comunidade atua desde logo nesse domínio, os valores emergem e são protegidos.

Deste modo elimina-se um dos argumentos favoritos dos críticos do conceito de comunidade: os laços sociais podem sustentar a inovação e o desenvolvimento em vez de se constituírem como um obstáculo. Isso acontece porque o sentido de comunidade a que se aspira hoje não propõe um retorno aos laços tradicionais, mas assenta numa perspetiva de um 'viver diferentemente'. Não se trata de renunciar a bens e serviços de qualidade ou à auto realização do indivíduo, mas é uma maneira de os colocar dentro de um paradigma produtivo em que as relações sociais importam e desempenham um papel estrutural.

O nome que se associa a esta transformação ainda não obteve consenso: economia social e solidária, economia civil, economia de partilha, economia colaborativa, economia peer-to-peer. Cada definição faz luz sobre um aspeto que se considera prevalecte, e que se deveria distinguir dos outros. Mas todas contêm indistintamente referência a uma comunidade de sujeitos que compartilham e coproduzem bens ou serviços.

O que têm em comum uma pequena cooperativa multisserviços que opera numa comunidade local, um coletivo de artes performativas operando num edifício abandonado, uma rede de empresas que valoriza uma dada fileira produtiva, uma quinta de energia que estrutura redes inteligentes, uma troca de serviços entre pessoas ligadas numa plataforma on-line? Seria, sem dúvida, mais fácil destacar as diferenças, mas a busca de traços de continuidade é um esforço útil e necessário, não só do ponto de vista teórico-conceptual, mas também para construir políticas e estratégias que valorizem estas (e outras) experiências dentro de um quadro geral colocando, ou melhor recolocando, no centro a comunidade como ator económico.

Queremos destacar não apenas a existência de empresas cooperativas que concentram o seu trabalho e a sua missão numa comunidade, entendida como um grupo de pessoas que partilham, de vários modos, valores e culturas coligadas a lugares, interesses, recursos, projetos. A intenção é demonstrar que há uma diversidade de iniciativas que reconhecem no "cooperar", entendido como princípio regulatório e modelo de negócio, a infraestrutura de um verdadeiro paradigma de ação económica e social. Demonstra-se assim que a ação empreendedora na forma cooperativa – que sabe valorizar e servir

comunidades de utilizadores, consumidores, produtores (e suas formas de intercooperação) - está longe de ser residual se comparada com acordos económicos e institucionais tradicionais. Pode, na verdade, representar uma modalidade significativa de inovação sistémica, que merece ser alvo de ações de apoio por parte de uma pluralidade de sujeitos, dos que representam, promovem e estudam o modelo cooperativo.

A dimensão empresarial é talvez a novidade mais original desta conceção de comunidade. A ideia de comunidade aponta para a construção de um tecido de solidariedade que nasce a partir da busca de soluções para problemas comuns numa escala suficientemente delimitada, procurando compensar o sentimento de impotência que os indivíduos enfrentam quando confrontados com problemas complexos. Soluções, pois, à medida dos que vivem os problemas, ocupados na produção de bens e serviços - com ferramentas e organização própria de uma empresa - para ativar novas práticas comunitárias que afetam a vida económica, dado o papel central desta última na definição todas as formas de organização social.

Assim, o que impulsiona este renovado sentido de comunidade não é o que o passado nos deixou, mas a tensão frente ao futuro. Neste, sabe-se, os valores sociais não são simplesmente transmitidos, como resultado apenas da tradição, mas são redescobertos ou reconstruídos através de empenho ativo que faz uso de todas as ferramentas da modernidade. E a comunidade assim entendida é tanto ferramenta como objeto de desenvolvimento, como na tradição anglo-saxónica de *community development*, que considera a comunidade como realidade dinâmica e não dado natural. Consequência coerente de uma visão aberta da cidadania, assente no *jus soli* e não no *jus sanguinis*, em que os requisitos de inclusão prevalecem sobre os de autodefesa da diferença, e onde se alavanca a ativação de todos os recursos dormentes ou, pelo menos, dos que dotam a rede de relações sociais.

O tema do "capital adormecido" é de facto o outro elemento central desta passagem de ciclo, que integra a ideia de comunidade como reação à sensação de insegurança e fragmentação que a redução da modernidade ao individualismo produziu. Se, de facto, uma posição de espera acelera a degradação do nosso ambiente de vida, a ideia que surge aqui é que a partir dos espaços quotidianos em que agimos, devemos poder fazer circular competências individuais, *ativos* comunitários, bens públicos, poupanças das famílias, e outros recursos tangíveis ou intangíveis raramente utilizados, com o objetivo de cuidar da dimensão social.

Trata-se de um processo de reativação da sociedade a partir da base, não dirigido pelas disposições de uma autoridade pública ou por um interesse essencialmente lucrativista, mas sim pelo desejo de cada um melhorar o seu ambiente de vida, por via de um compromisso coletivo. A lógica que prevalece aqui não coincide nem com os mecanismos que regulam a intervenção do Estado, nem com os do mercado. Na verdade, nesta nova perspetiva - nova somente se nos referirmos à tendência dominante nas últimas décadas, a que se contrapõe - a ação dos atores sociais pode assumir diferentes formas não reconduzíveis à procura do lucro individual. Num espetro que vai da doação, de tempo ou de recursos, a uma ação empresarial orientada para a maximização do valor social, em vez do lucro individual.

A importância de focalizar a atenção na comunidade é, portanto, isto: o compromisso para ativar os recursos acumulados ao longo do ciclo de desenvolvimento que o país

experimentou a partir dos anos do boom económico até hoje, recursos em grande parte "adormecidos" ou inativos, feita para coincidir com um determinado lugar, uma geografia, um ambiente físico a que estamos diretamente ligados. O compromisso na melhoria da qualidade das relações sociais não é, pois, genérico : diz respeito a um espaço de relações em que podemos exercer ativamente uma responsabilidade observando pessoalmente os respetivos efeitos. O perímetro onde a eficácia das ações pode ser avaliada é, assim, delimitado, e define-se uma área em que, se quisermos, podemos agir sem delegar .

Claro, não é uma tarefa fácil, e os resultados não são garantidos. Mesmo a ideia pragmática e aberta de *community*, que tem sido para nós uma inspiração no processo de quebra das tradições, vive agora num estado de sofrimento. Já não basta mais a emancipação da ideia de comunidade fechada, um legado de nosso passado, para fazer da dimensão comunitária um dos princípios do novo ciclo de desenvolvimento. Num contexto em que, nem o Estado, nem os mecanismos de mercado puros são capazes de recuperar o papel do passado por si mesmos, haverá que desenvolver novas infraestruturas institucionais, cognitivas e organizacionais. À economia social cabe desenvolver novos modelos de empresa, regras de governo, esquemas de funcionamento, processos de aprendizagem. Esta é a prioridade para os próximos anos. Os *policy makers*, estrategas, ativistas e estudiosos são chamados a se empenharem para dar forma mais precisa ao que, por enquanto, é sobretudo uma tendência nascente. Há que fornecê-la de ferramentas robustas capazes de apoiar o seu crescimento. Há que pensar o timing certo para a intervenção do legislador, se enquadrador ab initio, se reativo. No final teremos os elementos de um modelo de desenvolvimento adequado ao novo ciclo que temos diante de nós.

O momento é favorável, malgrado as discussões sobre o tema do desenvolvimento local. Nesta última década, na verdade, a combinação entre contração de recursos públicos e emergência de numerosos incidentes de má gestão do processo federalista, levou o pêndulo político de novo para um movimento centralizador do poder. A verdade, no entanto, é que o federalismo hoje desmantelado nada tinha a ver com o novo ciclo comunitário de que falámos aqui. Em contraste, o modelo reproduzia localmente muitas pequenas lógicas centralistas, mas nenhuma interessada em revitalizar localmente os corpos sociais abrangidos. Ao centralismo nacional juntaram-se os centralismos regionais, sem mudar nada na dinâmica de valorização do capital cívico e social.

Há que dar espaço a novas formas de empresa, com base nos princípios cooperativos, adequadas para enfrentar os novos problemas sociais; há que indicar o caminho no tomar a cargo e valorização dos bens comuns a partir de compromissos de cidadania ativa; há que incentivar iniciativas empresariais para fins sociais, em áreas como o bem estar social e os serviços públicos de interesse geral, áreas nas quais, nem o Estado, nem as forças puras de mercado são capazes de dar respostas exaustivas e inclusivas. Prova-o os resultados contraditórios obtidos pelas empresas tradicionais que se procuram inspirar nos princípios cooperativos, na tentativa de atualizar o seu modelo empresarial, quando o que deveriam questionar era esse seu modelo.

Estamos convencidos de que a cooperação comunitária interpreta estas necessidades e fornece argumentos para uma resposta na direção certa. Mas sendo um fenómeno ainda imaturo, também acreditamos que há muito trabalho a fazer para que do espontaneidade emerja um verdadeiro modelo.

Lancei o desafio às autarquias locais para criarem e dinamizarem o que apelidei de ‘casa da economia social’, aproveitando casas devolutas que permitissem centralizar os serviços das diferentes organizações da economia social e potenciar o intercâmbio dos corpos de filiados e das ações cruzadas entre essas organizações (o agricultor cooperativo que, doente, é tratado no hospital da Misericórdia; o membro da cooperativa de habitação que faz o seu seguro na mútua; o associado da IPSS que adquire os seus bens alimentares na cooperativa de consumo, etc.)

Podem fazê-lo com recurso à criação de cooperativas de interesse público em que a autarquia deve ser a impulsionadora, o capital de arranque ou semente, mas que dela sairá logo que a cooperativa tem condições de continuar sem apoio público. Mas podem usar outras formas jurídicas disponibilizadas na lei. O importante é, em tudo isto, fomentar a participação cidadã, e mantê-la o maior tempo possível, sobretudo em período em que a iniciativa é bem sucedida, não desmobilizando vontades.

JOÃO SALAZAR LEITE
NOVEMBRO DE 2016

(Reflexões suscitadas e adaptadas da leitura do Livro Branco ‘Cooperative di
Comunità’ da EURICSE)